

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)**

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA

**Demonstrações contábeis
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Conteúdo

Balanço patrimonial

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

1. Informações gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Maranhão - CAU/MA, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/MA é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/MA.

O Conselho está localizado na Rua dos Abacateiros, nº 01, Loja 03, Térreo, Jardim São Francisco, CEP 65.076-010, São Luís/MA.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Plenário do CAU-MA em sua primeira reunião plenária extraordinária do ano de 2018, ocorrida em 26 de Janeiro de 2018, através da deliberação “DPEMA 001-01/2018”.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída;

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*) e estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1. Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/MA procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2017.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/MA, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

| | 2017 | 2016 |
|-----------------------------------|--------------|-------------|
| Créditos de Anuidades | 848.635,82 | 600.702,10 |
| (-) Perdas de Devedores Duvidosos | (769.033,77) | 0,00 |

Do montante de R\$ 769.033,77 do ajuste contábil implantado em 2017, somente o valor de R\$ 273.272,17, incidente sobre os créditos de anuidades de 2017, foi registrado como variação patrimonial diminutiva do exercício do balanço, portanto não afetando o resultado patrimonial de 2017. O restante de R\$ 495.761,60 incidentes sobre créditos de anuidades dos exercícios de 2012 a 2016 foi registrado como “Ajustes de Exercício Anteriores” reduzindo diretamente os Resultados Acumulados no Patrimônio Líquido do Conselho.

3.3. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/MA segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

| | Anos | Valor residual |
|--|-------------|-----------------------|
| Móveis e utensílios | 10 | 10% |
| Veículos de uso administrativo | 8 | 10% |
| Veículos de uso da fiscalização | 5 | 10% |
| Máquinas e equipamentos | 5 | 10% |
| Equipamentos de processamento de dados | 5 | 10% |
| Biblioteca | 10 | 0% |
| Utensílios de copa e cozinha | 5 | 10% |
| Sistemas de processamento de dados | 10 | 10% |
| Instalações | 10 | 10% |

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

execução orçamentária.

3.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.5. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.6. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.7. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.8. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.9. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

3.10. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

Resultado Patrimonial Efetivo - Justificativa ao Déficit Patrimonial:

O Déficit Patrimonial apurado pelo CAU/MA nas Demonstrações das Variações Patrimoniais no exercício, constatou-se do seguinte elemento:

a) Provisão de Perdas para Devedores Duvidosos - Anuidades de PF e PJ do exercício de 2017, cujo montante totalizou o valor de R\$ 273.272,17, correspondente a 90,62% do saldo a receber de Anuidades de PF e PJ do exercício de 2017, calculado pela média ponderada dos exercícios de 2014 a 2016.

Face às implantações de políticas contábeis em 2017, de Provisão de Perdas para Devedores Duvidosos detalhadas na nota explicativa 3.2.1, demonstra-se a seguir o Resultado Patrimonial de 2017 efetivo, escoimado dos reflexos das variações patrimoniais diminutivas (VPD) relativas a exercícios anteriores registradas acumuladamente em 2017.

| RESULTADO PATRIMONIAL 2017 | |
|--|--------------|
| Superávit ou Déficit Patrimonial demonstrado | (74.230,46) |
| + Montante das VPD ref. Provisões p/Devedores Duvidosos de Exercícios Anteriores | (495.761,60) |
| RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2017 | |
| Superávit ou Déficit Patrimonial | (569.992,06) |

3.11. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2017 | 2016 |
|------------------------|------------------|-------------------|
| Caixa | - | - |
| Banco conta Movimento | 13.312,40 | 64.123,70 |
| Aplicações Financeiras | 10.601,43 | 82.264,80 |
| | 23.913,83 | 146.388,50 |

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

| | 2017 | 2016 |
|--------------------------------------|------------------|-------------------|
| Créditos de Anuidades do Exercício | 301.558,35 | 230.241,79 |
| Créditos de Anuid. De Ex. Anteriores | 547.077,47 | 370.460,31 |
| (-) Provisão p/ Devedores Duvidosos | (769.033,77) | - |
| | 79.602,05 | 600.702,10 |

A Entidade registrou a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada com base na média ponderada dos exercícios de 2014 a 2016, conforme Nota Explicativa nº 3.2.1.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

| | Consolidado | |
|-----------------------------|--------------------|-------------|
| | 2017 | 2016 |
| IRRF s/ Aluguel a Compensar | 103,77 | - |
| | 103,77 | - |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

Esse valor trata-se de pagamento em duplicidade no mês 11/2017 do Imposto de Renda sobre aluguel, devendo ser feito o PERD-COMP para sanar tal pendência.

8. Imobilizado

| | Custo | Depreciação Acumulada | Líquido | |
|------------------------------|-------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|
| | | | 2017 | 2016 |
| Móveis e Utensílios | 58.415,85 | (25.059,19) | 33.356,66 | 38.614,58 |
| Máquinas e Equipamentos | 11.323,00 | (9.884,53) | 1.438,47 | 3.346,03 |
| Utensílios de Copa e Cozinha | 749,00 | (640,54) | 108,46 | 164,66 |
| Veículos | 76.000,00 | (34.200,00) | 41.800,00 | 50.350,00 |
| Equip. de Proc. De Dados | 40.249,30 | (28.502,14) | 11.747,16 | 17.978,88 |
| Salas | 180.000,00 | (9.216,00) | 170.784,00 | 53.088,00 |
| | 366.737,15 | (107.502,40) | 259.234,75 | 163.542,15 |

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

| | 31.12.2016 | Adições | Baixas | Depreciação | 31.12.2017 |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|----------|---------------------|-------------------|
| Móveis e Utensílios | 58.415,85 | - | - | (25.059,19) | 33.356,66 |
| Máquinas e Equipamentos | 11.323,00 | - | - | (9.884,53) | 1.438,47 |
| Utensílios de Copa e Cozinha | 749,00 | - | - | (640,54) | 108,46 |
| Veículos | 76.000,00 | - | - | (34.200,00) | 41.800,00 |
| Equipamento de Processamento de Dados | 40.249,30 | - | - | (28.502,14) | 11.747,16 |
| Salas | 60.000,00 | 120.000,00 | - | (9.216,00) | 170.784,00 |
| | 246.737,15 | 120.000,00 | - | (107.502,40) | 259.234,75 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

9. Fornecedores a pagar

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|-------------------------|------------------------|----------------------|
| Prestadores de Serviços | 7.472,25 | - |
| Estado do Maranhão | 167,16 | 167,16 |
| | <u>7.639,41</u> | <u>167,16</u> |

10. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Salários | - | - |
| Encargos Sociais (INSS, FGTS, PIS s/ Folha) | 11.946,83 | 11.245,30 |
| Provisões Trabalhistas (Férias, 13º salário e Encargos) | 35.401,72 | 26.929,06 |
| IRRF s/ Folha a Recolher | 13.003,60 | 10.468,84 |
| IRRF s/ Aluguel a Recolher | - | - |
| COSIRF a Recolher (PIS/COFINS/CSLL/IR) | 95,41 | - |
| ISS a Recolher | 1.008,38 | - |
| Contribuição Sindical a Recolher | 1.478,68 | 1.478,68 |
| INSS Consignações (Parte Empregados) | 5.655,49 | 3.726,77 |
| | <u>68.590,11</u> | <u>53.848,65</u> |
| | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
| Passivo Circulante | 76.229,52 | 54.015,81 |
| Passivo não Circulante | - | - |
| | <u>76.229,52</u> | <u>54.015,81</u> |

11. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2017 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/MA, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2017 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego e plano de aposentadoria.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Em milhares de Reais)

12. Despesas por natureza:

| <u>Classificação por Natureza</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|---|---------------------|-------------------|
| Depreciação e Amortização | 24.307,40 | 25.531,68 |
| Despesas com Pessoal | 547.878,20 | 587.105,99 |
| Material de Consumo | 5.858,97 | 2.160,97 |
| Diárias e Passagens Aéreas | 139.406,83 | 43.619,99 |
| Despesas com Contratação de Terceiros (PF e PJ) | 243.524,45 | 218.314,87 |
| Impostos, Taxas e Contribuições | 22.143,71 | 15.887,05 |
| Transferências Correntes | 92.557,00 | 75.230,00 |
| Despesas de Capital (Imobilizado) | 120.000,00 | - |
| | 1.195.676,56 | 967.850,55 |

13. Resultados Orçamentário, Patrimonial e Financeiro:

| <u>Resultado Patrimonial</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
|--|---------------------|-------------------|
| Varição Patrimonial Aumentativa (Receita) | 1.297.931,14 | 1.508.919,00 |
| (-)Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa) | (1.372.161,60) | (939.507,71) |
| (=) Superávit ou Déficit Patrimonial Apurado | (74.230,46) | 569.411,29 |
| | | |
| <u>Resultado Orçamentário</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
| Receita Orçamentária Arrecadada | 1.049.997,42 | 969.844,86 |
| (-) Despesas Empenhadas | (1.171.369,16) | (942.318,87) |
| (=) Superávit ou Déficit Orçamentário Apurado | (121.371,74) | 27.525,99 |
| | | |
| <u>Resultado Financeiro</u> | <u>2017</u> | <u>2016</u> |
| Saldo Disponível Apurado | 23.913,83 | 146.388,50 |
| (-) Passivo Financeiro | (80.409,59) | (72.936,09) |
| (=) Superávit ou Déficit Financeiro Apurado | (56.495,76) | 73.452,41 |

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de Reais)

14. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

15. Eventos Subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

São Luís/MA, 06 de abril de 2018.